

## Proposta do governo para LDO é afronta ao funcionalismo paranaense

*Deputados(as) estaduais votam orçamento para 2022. Proposta do governo não prevê data-base e congela promoções e progressões na carreira dos(as) servidores(as)*

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 do governo do Paraná deve ser votado em primeira discussão nesta terça-feira, 6, na Assembleia Legislativa. A proposta representa uma afronta às servidoras e servidores públicos do Estado, pois além de não prever recursos para pagamento da data-base do funcionalismo (reajuste pela inflação dos salários) quer manter a suspensão das promoções e progressões para o próximo ano.

Como se não bastasse, o PLDO propõe um aumento das isenções fiscais, dos atuais 12 bilhões de reais para 17 bilhões de reais, recursos que beneficiam grandes empresários e setores do agronegócio. Na prática, o governo de Ratinho Júnior tira dos assalariados para doar aos ricos e super ricos.

Baseado numa projeção equivocada, Ratinho Júnior faz a superestimação da despesa e a subestimação da receita. Essa maquiagem dos dados serve para que o governador se ampare para recusar a negociar com servidoras e servidores, apesar de ter todas as condições de pagar o reajuste firmado em acordo, debater o saldo retroativo de defasagem salarial e pagar as promoções e progressões.

Os números apresentados pelo governo já foram suficientemente contestados pelo Fórum das Entidades Sindicais (FES). As emendas elaboradas pelo FES ao PLDO foram omitidas no relatório aprovado no último dia 30 de junho na Comissão de Orçamento da



Foto: Divulgação

*Como se não bastasse, o PLDO propõe um aumento das isenções fiscais, dos atuais 12 bilhões de reais para 17 bilhões de reais, recursos que beneficiam grandes empresários e setores do agronegócio. Na prática, o governo de Ratinho Júnior tira dos assalariados para doar aos ricos e super ricos.*

Alep. “Nossas emendas têm a intenção de resguardar o direito legal de reposição da inflação aos salários das servidoras e servidores, além de recuperar o pagamento das promoções e progressões. No entanto, o governo e sua base de apoio na Assembleia ignoram solenemente todos os esforços que fazemos em defesa do serviço público. De outro lado, o PLDO prevê aumentar as isenções fiscais em 5 bilhões de reais. É uma conta que não fecha. O governo reclama de falta de recursos e amplia isenções aos grandes empresários, agindo de forma contrária à maioria dos estados brasileiros, que estão fazendo severas revisões nas isenções fiscais”, aponta a professora Marlei Fernandes, da coordenação do FES.

Fonte: FES

## A pedido do Ministério Público, Justiça suspende eleições presenciais e autoriza votação online para direções de escolas

A Justiça suspendeu a eleição presencial de diretores de escola, que aconteceria hoje (07)\*. A Decisão da 5ª Vara da Fazenda Pública vetou a pretensão do Governo Ratinho Jr de realizar as votações nos colégios da rede pública estadual, em ação movida pela Promotoria de Justiça de Proteção à Saúde Pública de Curitiba, tendo como réu o Estado do Paraná. O Judiciário reconheceu a grave situação da pandemia no Paraná, obrigando o Governo a recuar na intenção de impor eleições presenciais a todo custo. Estão autorizadas apenas as eleições on-line.

A decisão judicial considera que o número de votantes é expressivo, esperando-se a participação de 350 mil pessoas em 1,7 mil escolas com 1.075.848 matrículas de estudantes, 19.249 funcionários e 60.824 professores. O curioso é que a sentença usa um decreto do próprio governador Ratinho Jr para barrar a intenção da Secretaria da Educação de lotar as escolas da rede pública estadual no próximo dia 7: o Decreto Estadual 7.020/2012, que proíbe reuniões com mais de 50 pessoas.

A Justiça reconheceu os números que o governador insiste em ignorar: “Se não bastasse a própria legislação estadual vigente restringir atos que possam causar aglomerações de mais de 50 pessoas, em consulta ao Informe Epidemiológico publicado nesta data (2 de julho), às 14h30min no site do Governo do Estado, há informação do acúmulo de 1.289.323 casos de pessoas infectadas com Covid-19 e 30.955 óbitos no Estado, ou seja, acréscimo de 974 casos e 6 óbitos somente nas últimas 24 horas, com 4.467 pessoas internadas”.

A APP-Sindicato alerta que as escolas não têm estrutura adequada para realização online das eleições conforme sugerido pelo MP. O sindicato defende, ainda, que, assim como o retorno das aulas, as eleições ocorram quando houver segurança para todos(as). O sindicato também condena a maneira autoritária e violenta com o que o Governo tem encaminhado as questões educacionais.

Participação de terceirizados(as): O sindicato protocolou ofício para a Secretaria da Educação, solicitando a participação dos(a) funcionários(as) terceirizados(as) nos processos de decisão das escolas. Segundo o sindicato que sempre foi contra o processo de terceirização, estes funcionários(as) devem ser reconhecidos(as) como educadores(as).

\*Até o fechamento desta matéria a eleição presencial para diretores e diretoras está suspensa.

